



História, Ciências, Saúde - Manguinhos

ISSN: 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil

Freire, Jussara

De uma torneira a uma história e uma sociologia da cidade

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 16, núm. 1, enero-marzo, 2009, pp. 269-275

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138041017>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

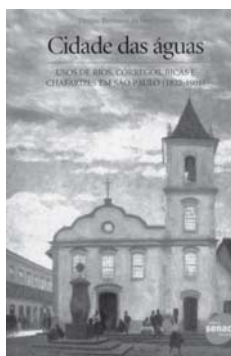
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

De uma torneira a uma história e uma sociologia da cidade

From a faucet to a history and sociology of the city

Jussara Freire

Pesquisadora do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro;
professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais/RJ
jussarafreire@superig.com.br



Sant'Anna, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo*. São Paulo: Senac/SP, 2007. 318 p.

Nas primeiras linhas de seu livro *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo*, Denise Bernuzzi de Sant'Anna nos faz um convite surpreendente: abram uma torneira. Afinal, uma torneira é um 'não-humano', para retomar uma expressão de Bruno Latour (1993). Ela raramente atia a curiosidade de seus usuários, 'humanos demais', que consideram como *taken for granted* esse objeto tão corriqueiro. Para sermos justos, devemos lembrar aqueles que entrevêem a centralidade de uma torneira na dinâmica da cidade: bombeiros, técnicos hidráulicos, urbanistas, planejadores urbanos, sanitaristas ou ainda aquela pessoa infeliz que se depara excepcionalmente com problemas domésticos de encanamentos. Esses sim, podem enxergar sob outra luz as implicações de uma mera torneira no meio urbano.

Pois a torneira é a parte visível de um mundo invisível, um mundo de redes técnicas que Denise Bernuzzi de Sant'Anna nos apresenta, a partir desse estudo minucioso das águas e suas redes em São Paulo. A proposta é fazer-nos percorrer a cidade de forma inédita, partindo dos fluxos de suas águas, de seus regos, bicas, chafarizes, para chegar às tubulações e a outros dispositivos hidráulicos. Sant'Anna divide o livro em duas partes: na primeira, descreve a visibilidade das águas na cidade de São Paulo; na segunda, analisa as representações higienistas, as reações diante daquela nova ameaça. O convite da autora a que abramos uma torneira instiga-nos a pensar que tais objetos banais nada mais são do que 'caixas pretas' – também no sentido que Latour (1989, p.213) atribui à expressão –, a encobrir “uma longa rede técnica e social que ultrapassa o espaço doméstico, atravessa ruas, percorre o subsolo da cidade e atinge regiões distantes de suas fronteiras” (p.11). A torneira é uma parte visível das águas da cidade e a partir dela o cidadão se relaciona com um mundo invisível constituído por uma rede técnica, uma história hidrográfica, inquietações higienistas e uma cultura urbana.

Sant'Anna propõe uma história social das águas da cidade de São Paulo de 1822 a 1901, fundamentada em documentação farta (atas da Câmara Municipal, queixas e reivindicações de moradores, ofícios, matérias de jornais, relatos de viajantes, fotos, pinturas e mapas de época). O estudo pode ser considerado também uma proposta para a sociologia urbana:

analisar o meio urbano a partir das trajetórias de suas redes técnicas. Quando abrimos uma torneira em São Paulo, mobilizamos um fragmento primordial da história urbana dessa cidade. Foi este o ângulo que orientou minha leitura de *Cidade das águas*.

Como se referir à história de São Paulo sem descrever a relação que suas pequenas e grandes personagens teceram em seus rios e córregos? A independência não foi proclamada às margens do rio Ipiranga? Essa relação é analisada a partir de um ambiente marcado pela abundância de águas. No século XIX, os paulistanos deparavam com numerosas paisagens hídricas na cidade e arredores. As margens do Ipiranga, em 1822, eram ainda pouco frequentadas. Havia, no entanto, a casa de José Antonio Mariano e Maria Francisca, onde residiam com seus sete filhos e sete escravos. Naqueles tempos, o rio mais movimentado da cidade era o Tamanduateí. Em suas margens o *promeneur* podia observar casas e chácaras, lavadeiras, colinas encimadas às vezes por torres. Os navegantes que singravam esse “tortuoso rio” podiam chegar ao “Porto Geral e escolher umas das três principais ladeiras – Tabatingüera, Glória e Carmo –, que levavam ao núcleo urbano propriamente dito” (p.18). O rio dava, assim, acesso ao centro urbano. E muitas de suas ruas devem seus nomes a rios e córregos. São Paulo tem “sua história ‘guiada por eixos fluviais’” – afirma a autora (p.27). A presença de um rio implica a possibilidade de atravessá-lo. O *promeneur* podia atravessar o rio por pontes, cuja construção e solidez podiam ser bastante heterogêneas, como mostra a autora. Daniel Pedro Müller, engenheiro alemão e proprietário da uma chácara, cujas relações com o imperador foram tensas porque não quis apresentar suas filhas ao monarca, inaugurou uma ponte coberta de pedra e em arco pleno.

Após nos introduzir no ambiente bucólico da São Paulo de 1822, Sant’Anna dedica-se a analisar as percepções sobre as águas de São Paulo e as intervenções que sofreram os rios da cidade. As primeiras oscilavam entre dois pólos: de um lado, retomando expressão de José Bonifácio de Andrada, o rio ‘miserável’, sujo ou insalubre; de outro, as percepções elogiosas da geografia e do clima, deixadas por vários viajantes. Robert Avé-Lallemant, viajante francês, chegou a qualificar o rio Tietê de “majestoso e senhoril” (p.26). Essa oscilação refletia a situação das águas da cidade: ora cristalinas, ora misturadas com águas sujas. A essas maneiras de tematizá-las, acrescentavam-se outras dimensões: a abundância não garantia necessariamente o acesso de todos os moradores à água potável, e a privatização dos regos e riachos, com a conseqüente escassez de água, era mais uma questão de ordem social e política do que geográfica. As freqüentes inundações, por sua vez, constituíam problema da geografia da cidade.

Assim, no segundo capítulo, a autora analisa como o rio se tornou um problema público, a justificar medidas e intervenções urbanas. No século XIX teve início um período de obras de saneamento, de retificação e drenagem de rios e, paralelamente, um processo de industrialização que teria importante repercussão no que tange à salubridade dos rios da cidade.

No terceiro capítulo a acessibilidade urbana é analisada sob o ângulo das pontes. Espaços de circulação de transeuntes e mercadorias, de sociabilidade, de encontros para negócio, as pontes constituíam referencial simbólico fundamental para os paulistanos do século XIX. A história urbana de São Paulo é marcada pela edificação de numerosas pontes, processo que prenuncia aquele, mais recente, de edificação de viadutos.

A domesticação da geografia da cidade implicava explorar e desenvolver *savoir-faire* e conhecimentos relacionados a diversas técnicas ainda rudimentares nos anos 1820, mas aperfeiçoadas ao longo do século quando os materiais mais precários foram substituídos por tijolos. A autora nos mostra como a circulação foi problematizada a partir das pontes e de suas técnicas de construção. Nas primeiras décadas do século XIX, a precariedade de certas “pinguelas de paus sobre ribeirões” (p.38) podia provocar forte desconfiança entre os cidadãos. Pessoas idosas, por exemplo, preferiam a canoa para se deslocar de uma margem a outra. Esse exemplo nos mostra como a confiança no equipamento urbano é fundamental para tornar acessíveis uma cidade e seus territórios.

Ao explorar o *savoir-faire* concernente à construção e manutenção de pontes, Sant’Anna descreve a figura interessante do zelador, personagem encarregado de consertar eventuais desmanchos, fiscalizar a circulação de animais (devia inclusive informar à Câmara Municipal o que ocorria na ponte) e, em alguns desses equipamentos, cobrar pedágios. No terceiro capítulo, ela aparece ainda como elemento importante para o estágio embrionário da especulação imobiliária na cidade: os terrenos mais valorizados eram aqueles próximos às pontes que davam acesso fácil ao núcleo urbano.

Sob as pontes corriam as águas, classificadas conforme categorias que oscilavam entre as idéias de pureza (águas ‘cristãs’ e ‘cristalinas’), sujeira (‘pagãs’) e perigo. Sant’Anna analisa, nos dois capítulos seguintes, os significados das águas para os paulistanos dos séculos XVIII e XIX. Vale ressaltar que a análise teria se beneficiado do recurso a Mary Douglas (1976) para desenvolver a implícita relação estabelecida entre essas categorias e representações de ordem/desordem. Pois classificar o que era ou não potável problematizava paulatinamente a cidade a partir de seus perigos potenciais, que proviriam de suas águas, e de uma desordem a ser combatida através da ‘domesticação’ delas.

A autora mostra que desde o século XVIII cientistas exploravam técnicas de análise capazes de diagnosticar águas potáveis. Fora ou ao lado do mundo da ciência, outros critérios, associados a explicações religiosas, podiam contribuir para definir a qualidade delas – santos, feitiçarias e milagres podiam ser associados a um lugar. A etimologia indígena do nome de uma bica podia identificar um perigo (caso, por exemplo, da bica do Acu, do tupi-guarani *yacuba*, composto por *acuba*, veneno, e *y*, água). A sujeira corporal podia também ser acionada para qualificar um rio. Dessa forma, a classificação subdividia-se em águas pagãs e águas cristãs, associadas a percepção negativa ou positiva, respectivamente. Os rios e suas margens podiam ser associados ainda a ameaças à vida (esconderijos de criminosos; assombrações, sacis, cobras) ou ao fato de terem sido teatros de violências (assassinatos, estupros, espancamentos). A autora mostra assim que os rios podiam ser vistos como ameaças à segurança dos que freqüentavam cotidianamente suas margens para coletar a água de uso doméstico.

Os instrumentos de coleta, transporte e armazenamento de água não escapam ao olhar da historiadora, que descreve barris, cuias, potes, jarros de cocos, baldes, filtros de barro,oringas, bacias e panelas então em uso. Sant’Anna examina inclusive o *savoir-faire* de seus fabricantes. Potes, panelas e moringas, por exemplo, eram fabricados a partir de um saber indígena apropriado por escravos africanos. No século XVIII a fabricação desses objetos era ainda artesanal, surgindo no século XIX as primeiras “indústrias populares”.

A autora chega, assim, ao processo industrial de produção de objetos e utensílios domésticos. A torneira, por exemplo, tornou-se um meio de maximizar a reserva e a economia de água, e o que sustentou mais tarde a extensão de seu uso foi seu poder de controlar o consumo de água durante períodos de escassez, particularmente em “ano seco” (p.81).

Sant’Anna descreve também a diversidade e abundância de peixes nos rios da cidade, bem como o comércio e a regulamentação desse produto, que representava parte importante da alimentação dos paulistanos. Só no século XIX a venda de peixe estragado foi identificada como problema de ‘saúde pública’, a ser fiscalizado com o apoio freqüente da polícia. A atividade pesqueira fez aumentar a fiscalização dos rios da cidade, intensificando-se o policiamento nos locais de pesca ao mesmo tempo que se multiplicavam as contravenções.

A discussão de Coelho (1999) sobre a formação do Estado brasileiro, à luz das ações reguladoras das profissões imperiais, pode nos ser útil para compreender melhor o alcance dos conflitos, descritos por Sant’Anna, relacionados à privatização ‘selvagem’ das águas e ao papel regulador das autoridades locais. Segundo Coelho, a regulação estatal na Corte estava associada à formação de um “Estado *bricolage*”: as formas de regulação das profissões ora sugeriam um Estado *laissez-faire*, ora um Estado de bem-estar social. No caso analisado por Sant’Anna, os proprietários monopolizaram as águas pelo uso da força e privatizaram os chafarizes públicos desviando águas, obstruindo sua passagem, ou ainda construindo muros. Conseqüentemente a escassez ou falta de água impuseram às autoridades locais a defesa da água como bem público. A Câmara Municipal aumentou a fiscalização e multou moradores “poderosos da cidade” (p.92). O comércio praticado pelos aguadeiros levou a Câmara a oficializar, em abril de 1870, o zelador de encanamentos e chafarizes da cidade, figura que já existia informalmente. Os furtos de bicas, torneiras e canos, a insuficiência de chafarizes, a falta ou inadequação de materiais agravavam o problema de falta de água, o que levou as autoridades locais a iniciarem um processo de racionalização da distribuição na cidade. Não representaria esse processo, ao mesmo tempo, a racionalização do próprio Estado? Essa lógica inseriu os temas da ‘eficácia’ e ‘higiene’ no debate público e justificou, por exemplo, a desativação de bicas e chafarizes e a substituição paulatina dos mesmos por equipamentos mais econômicos e salubres.

Sant’Anna retoma a relação entre águas e perigo ao estudar as práticas e técnicas de higiene do corpo na segunda metade do século XIX. Os ambientes ribeirinhos não eram os únicos fatores de riscos. O próprio banho em bacias era considerado potencialmente danoso, pelo risco de contágio. Médicos e barbeiros aconselhavam higienizar o corpo com ‘métodos a seco’ ou reduzir ao máximo o tempo de contato do corpo com a água.

Paradoxalmente, o capítulo “Sereias e amores” trata do sucesso das casas de banho dos anos 1860 aos 1880. A casa mais antiga era a Sereia Paulista, inaugurada em 1866. Sant’Anna destaca as sociabilidades (notadamente em torno da gastronomia) e as qualidades medicinais atribuídas a esses estabelecimentos. O paradoxo em relação às técnicas de higiene deve-se ao fato de essas casas aparecerem como espaços de cuidados e de cura de certas doenças. Já nos anos 1870 o banho era apresentado a partir de suas “virtudes civilizatórias”, desde que ocorresse no espaço fechado das casas de banho ou das moradias (p.162). Assim, aos poucos, tornou-se uma prática individual e íntima, devido a um princípio moral que

censurava a exposição do corpo. Um artigo do Código de 1873, inclusive, previa multa às pessoas que tomassem banho nuas nos rios da cidade.

Na era da limpeza “a seco” (p.126), destaca a autora, o conhecimento sobre a qualidade do ar e dos ventos era importante para evitar a sujeira no organismo humano e nas casas. A sujeira tornou-se um problema público também a ser tratado com prioridade, e deu-se início a uma série de intervenções da Câmara Municipal, que passou a designar os lugares mais adequados para o depósito de lixo. As autoridades começam a multar os que desrespeitavam essas medidas, jogando por exemplo lixo nos rios. As polêmicas sobre os depósitos de lixo traduziam percepções singulares sobre o que era uma cidade limpa, inclusive aquela proposta pelos higienistas.

Sant’Anna analisa as intervenções dos poderes municipais quanto ao desperdício de água e às enchentes. Com a determinação do governo imperial delegando a organização sanitária aos poderes municipais, as Câmaras passaram a ter novas atribuições, entre elas a de “manter a salubridade da atmosfera e a conservação das casas de caridade” (p.137). Em 1829 as cidades assumiram a responsabilidade pelos serviços de saúde dos portos. Nos anos 1840 as Câmaras Municipais abriram mão dessas responsabilidades, e a criação da Junta de Higiene Pública do Império, pouco tempo depois, é testemunho dos empecilhos enfrentados pelos poderes locais. Segundo a autora, as intervenções no tocante ao desperdício e saneamento esbarravam no fato de que “os poderes da esfera imperial ambicionavam controlar o exercício das práticas de cura e de salubridade nas cidades” (p.138). Sant’Anna observa as tensões entre diferentes poderes que participavam da formação do Estado brasileiro a partir das medidas tomadas pela Câmara Municipal. Nesse contexto emerge a figura do engenheiro, *expert* na resolução dos problemas de equipamentos destinados à limpeza, à distribuição e ao escoamento das águas da cidade. Em 1875 um deles chegou a propor um serviço de esgotos, mas a proposta não vingou por causa do alto custo envolvido.

O estudo parece sugerir que a ‘incompetência’ dos poderes municipais em lidar com enchentes e desperdício de águas justificou a privatização como meio de racionalizar esse universo. No livro em questão o leitor encontra planos, levantamentos topográficos, demarcações e outros recursos utilizados para a instalação dos sistemas de canalização das águas (inicialmente pela Cantareira) e de esgotos na cidade, em seguida apropriados pelo Estado. No início do século XIX intensificou-se a apropriação e privatização dos rios por meio do monopólio das águas por parte de empresas, muitas delas estrangeiras, que se legitimavam com base em uma lógica ‘maximizadora’. As empresas passaram a assumir a distribuição de água e a coleta de esgoto (p.245), num contexto de descoberta de ameaças invisíveis que rondavam a terra, o ar e as águas da cidade: os micróbios.

Na segunda parte do livro, pode-se compreender melhor a construção do universo invisível da cidade a partir das conexões entre ‘o mundo das águas’ e o ‘higienista-científico’. Tais conexões, cada vez mais inextricáveis, substituíram as feitiçarias de outrora pelo mundo mágico (em outros sentidos) das verdades produzidas na ‘era Pasteur’. Os poderes públicos passaram a recorrer, cada vez mais, aos saberes de cientistas, médicos e engenheiros.

A autora analisa os critérios variáveis e ‘pouco científicos’ com que se avaliava a qualidade das águas antes da divulgação dos trabalhos de Pasteur. Não haveria como se referir a esse marco, no Brasil, sem aludir a um sábio nacional, Oswaldo Cruz. Sant’Anna refere-se a ele

para caracterizar precisamente a maneira como as bactérias foram problematizadas a partir de sua propagação pelas águas. A guerra contra os micróbios não estava situada apenas no ar e na terra; estava também nos rios da cidade. “O perigo está em toda parte!” – escreve Sant’Anna (p.193). Os médicos paulistanos mobilizaram-se então para alertar a população sobre os riscos e métodos de prevenção das doenças transmitidas pelas águas. Aconselhavam mudar os materiais dos recipientes e tubulações, estimular o consumo de água filtrada (instituído nas escolas via legislação municipal), misturar cloro com água para a limpeza doméstica ou associar o banho ao uso do sabonete, não enterrar os animais nas várzeas. Os “banhos preventivos” em casos de epidemia são analisados no capítulo “Rumo à indústria do banho”, a partir de opiniões e polêmicas médicas, assim como as preocupações em desenvolver métodos científicos de purificação e análise das águas da cidade. A definição de critérios de qualidade gerou, inclusive, subdivisões e polêmicas entre técnicos e cientistas, descritas no capítulo “Como as mulheres de César”.

A autora busca na França e Inglaterra a origem das ciências que desencadearam a preocupação com o micróbio na cidade. Na São Paulo do final do século XIX, as preocupações eram diferentes daquelas observadas nesses dois países: “a identidade do micróbio adquiriu perfil surpreendentemente elástico” (p.226). Na vida cotidiana, nessa virada de século também foram alteradas muitas das técnicas de limpeza corporal e doméstica em nome do combate ao micróbio, esse “um monstro invisível”. O sujo foi paulatinamente associado ao portador de bactérias, o que exacerba a atenção aos lugares onde podiam se propagar. Isso é perceptível na multiplicação dos debates públicos, das medidas de limpeza urbanas, das ações de fiscalização e prevenção de parte dos Poderes Legislativo e Executivo. Os códigos da época continham “centenas de artigos sobre higiene e saúde” (p.234).

A guerra contra o micróbio teve como consequência a ativação intensa de sistemas de classificações dos ‘territórios’ e dos moradores da cidade. O uso da categoria ‘civilizados’ passou a indicar, por contraste, os ‘incivilizados’. Ao mesmo tempo que as autoridades buscavam meios de implementar o processo civilizatório, isto é, de exigir ‘higiene’ às populações pobres, combatiam os territórios incivilizados que não eram necessariamente associados à pobreza urbana. Naquele final de século, as reivindicações concernentes à limpeza urbana podiam ser observadas também em áreas ricas da cidade.

As reivindicações por saneamento traduziam um descontentamento generalizado dos moradores que, mesmo diante da abundância de recursos hídricos, não podiam usufruir de ‘águas limpas’. A febre da preocupação com o micróbio atingiu o comércio, suscitando suspeitas em relação aos negócios que não tinham ‘aparência limpa’. Mesmo as inovações técnicas podiam ser apresentadas à luz do argumento higienista, a exemplo da lavadeira a vapor, um não-humano que pacificaria as relações entre homens e coisas contaminadas. Fabricantes podiam garantir que suas máquinas aplicavam o “sistema Pasteur”, ou que eram aprovadas pela Inspetoria de Higiene. Sant’Anna também analisa os argumentos em prol da popularização do banho e os novos objetivos relacionados a esse fim, ainda que os higienistas nem sempre estivessem de acordo quanto a seus benefícios – chuveiros e banhos públicos, sabonetes finos, banheiras de formas e materiais diversos etc. Paralelamente, a falta de acesso a esses objetos contribuiu para reforçar as suspeitas civilizatórias que pesavam sobre os moradores pobres da cidade. O livro se encerra com o exame de uma inovação que

transformou o cenário urbano do início do século XX, ao associar água e luz: as barragens e hidrelétricas.

Cidade das águas surpreende o leitor com um ‘jato’ de histórias que conectam sofisticação, higienismo, inovação, ciência, industrialização e... modernidade. Consegue demonstrar como as intervenções sobre as águas são centrais para a compreensão dos processos de urbanização e ‘modernização’. Lança luz também sobre as inquietações ecológicas que se avolumam na contemporaneidade e abre perspectivas muito fecundas tanto para a história quanto para a sociologia e a antropologia do meio urbano.

Sant’Anna não economiza detalhes, o que permite ao leitor uma forte proximidade com o ambiente, o contexto e o problema analisados. Nesse sentido, as descrições minuciosas da autora ganham relevância. Porém em alguns raros momentos o leitor poderá recluir não ter compreendido as questões subjacentes a alguns dos dados apresentados, pois Sant’Anna nem sempre os relaciona com quadros referenciais e analíticos. Por vezes também o leitor poderá hesitar quanto aos argumentos principais e perder-se – agradavelmente – na quantidade de informações apresentadas pela autora, sem captar com nitidez suas conexões. Digo agradavelmente porque o detalhe é o caminho da compreensão plena de um contexto e de suas redes de significados, e qualquer ‘pequena informação’ torna-se um meio de descobrir um fluxo de narrativas de uma época, com a liberdade de interpretá-las à luz das nossas próprias inquietações.

REFERÊNCIAS

COELHO, Edmundo Campos.
As profissões imperiais: advocacia, medicina e engenharia no Rio de Janeiro, 1822-1930.
Rio de Janeiro: Editora Record. 1999.

DOUGLAS, Mary.
Pureza e perigo. São Paulo: Perspectiva. 1976.

LATOUR, Bruno.
Petites leçons de sociologie des sciences. Paris:
La Découverte. 1993.

LATOUR, Bruno.
La science en action. Paris: La Découverte. 1989.

